

Opinião Econômica

Desligado, não dá

O editorial do The Times, no rodapé da "City", bate com a pregação da quase totalidade dos brasileiros: é preciso conduzir a renegociação da dívida externa em bases essencialmente políticas.

Os próprios banqueiros que tratem de ligar o desconfiômetro: do ponto de vista técnico, o Brasil não tem como honrar esse "exigível com data marcada".

A moratória unilateral, elegante disfarce do calote real, seria um triunfo político por sobre um desastre físico: não teríamos como importar o petróleo (e o resto) com pagamento à vista, em dólar, em "cash". Dificilmente o Brasil retomaria o melhor ritmo de expansão do produto e do emprego em tempo de racionamento físico de derivados de petróleo. Faltaria energia para a produção, sobraria pretexto para a inflação de braços dado com a recessão.

A moratória terá de ser do gênero negociada, a partir do estudo de caso, o caso Brasil. Segundo o The Times, o Brasil é importante demais para o mundo de amanhã e merece esse tipo de tratamento diferenciado na mesa dos credores não menos entalados.

Outra não é a conclusão de um certo Douglas Snee, que nos visitou nos últimos 10 dias. Auditor profissional, ele acaba de chefiar a missão dos economistas do subcomitê dos credores do Brasil.

Ao cabo de desajeitado levantamento dos nossos números, de acalorado debate dos nossos desvios e de ligeira incursão por alguns redutos da oposição (inclusive na área acadêmica), a equipe de Douglas Snee deixa o Brasil como chegou: sem uma idéia clara do verdadeiro estado de saúde da economia brasileira e sem uma noção, ainda que aproximada, da qualidade do programa de ajustamento que o Brasil procura acertar com a missão lateral do FMI.

O relatório dos enviados especiais dos bancos americanos e europeus pode ser o primeiro passo para uma renegociação política da dívida brasileira. Neste caso, a renegociação terá de ser realizada diretamente com os bancos, descartando-se a ingerência ou a intermediação do FMI.

Os bancos podem abrir um tratamento diferenciado em favor de um mutuário desconcertado chamado Brasil. Eles não teriam complicações políticas com outros clientes não menos inadimplentes. Quem não pode admitir o "estudo de caso" em favor do Brasil é o FMI, esse clube de 149 sócios que teme em tratar igualmente os desiguais.

A renegociação da dívida externa do Brasil com os bancos do Atlântico Norte vai depender, esta semana, da renegociação do acordo técnico do Brasil com o FMI, auditor de confiança dos bancos. E a renegociação do acordo, essencial para a renegociação da dívida, ainda depende da rediscussão, nesta terça-feira, de um conceito meramente acadêmico: o que é o "déficit" público e qual é o método correto de sua medida.

Então, sim, saberemos a verdadeira dimensão do "déficit", ponto de partida para a elaboração de novo programa de ajustamento ou de nova carta de intenção. A primeira versão, a de dezembro, na véspera do Natal da perplexidade nacional, acabou queimada na terça-feira de carnaval.

Desde a Quaresma, que é do ramo, o Brasil em construção, treinado para fazer cinquenta anos em cinco, consagra o sufoco do guarda-livros por sobre o desmaio do mestre-de-obras.

Ontem, em Londres, capital financeira da Europa, o The Times vestiu a camisa dos brasileiros em tonitroante editorial.

Em resumo: o Brasil deve ser colocado acima dos equivocos do seu governo e dos caprichos dos seus credores. O Brasil não pode parar por conta de meros exercícios de matemática financeira ou por causa de velhas práticas bancárias. Os credores externos devem facilitar a vida do grande devedor encalacrado: se o Brasil exagerou na dose, os bancos erraram em patrocinar o exagero. E se os credores assumiram o risco e drogaram o devedor, que entrem agora com sua cota de abdicação e renúncia, permitindo ao Brasil o pagamento de sua dívida externa no justo limite de sua capacidade física. E essa capacidade deve ser medida com o Brasil funcionando e não com o Brasil desligado.

O editorialista está certo. Afinal, dívida só pode ser paga com trabalho. Ou com trabalho. E o Brasil não está produzindo o que deve nem trabalhando o que pode. Desde dezembro, o Brasil só faz contas, ele que sempre desfilou como o país-do-faz-de-contas.

Para o FMI, Brasil ou Nigéria, Argentina ou Paquistão, México ou Turquia, é tudo a mesma coisa: há um estatuto para ser cumprido e um critério para ser observado.

Instinto de conservação: se todos os devedores acertarem seus programas diretamente com todos os credores, o FMI perderá o emprego na área financeira, ele que já foi aposentado na área cambial.

E mais: o poderoso chefão do FMI, os Estados Unidos, moeda universal, não gostariam de perder a grande oportunidade de "prestar um favor" ao seu amigo sul-americano mais amado, participando direta ou indiretamente da solução do seu atual sufoco de caixa.

Os bancos até que toparia renegociar a dívida brasileira em bases toleráveis para o Brasil. Eles são do ramo e sabem que não podem continuar pisando no tubo de oxigênio do maior devedor. E não pelos belos olhos do Brasil potencial, mas pela sobrevivência do próprio sistema financeiro internacional.

Um calote sumário do Brasil, do alto de US\$ 82 bilhões já contratados, eis o "iceberg" erário na rota do "Titanic" do capital sem bandeira.

Enquanto o FMI ainda discute a metodologia de cálculo do "déficit" público, um buraco-negro de 16,9% do PIB, segundo o Instituto Brasileiro de Economia da FGV, os bancos ensaiam o abandono da auditoria técnica em troca de uma composição política.

Em menos de um ano de colapso financeiro do planeta, os banqueiros revelam um certo aprendizado na esteira de um fato consumado: o negócio é repatriar o possível e não mais o desejável, amaciando a barra dos devedores sem alternativa.

O retorno de US\$ 632 bilhões é questão de espichamento ou não dos prazos contratados e dos preços (ou juros) da longa espera.

De nada vale reprogramar metas, como quer o FMI. Essa contabilidade de bola-de-crystal morreu nos anos 70 e acaba de ser enterrada em esquife de segunda classe.

Entre outras coisas, como poderia o Brasil comprometer-se até dezembro com um "déficit" de US\$ 6,9 bilhões em conta-corrente sem uma idéia aproximada da taxa de juros (de mercado) que recai sobre 72% de sua dívida global?

Essa taxa não é negociada nem tabelada, é simplesmente ditada pelos credores por telex ou telefone.

Joelmir Beting